

Marcação é cerrada

Diariamente, 17 equipes da Sudesa circulam, em média, 400 quilômetros para verificar as condições de ocupação do solo em diversos pontos do Distrito Federal. O efetivo do órgão é formado por aproximadamente 90 fiscais. Segundo o assessor especial do órgão, tenente Leandro Lima, atualmente, a situação está controlada, mas durante os primeiros meses de atuação, os agentes chegavam a realizar até três operações de derrubadas por dia.

"Quando assumimos a administração, havia mais de 600 invasões a todo vapor", conta. De acordo com ele, as equipes, muitas vezes, encontravam resistências e eram recebidas com violência pelos invasores. "Nessa época aumentamos em 50% o número de policiais presentes nas operações", lembra.

■ Covardia

Com a intensificação das retiradas das construções ilegais, outros órgãos do GDF passaram a atuar de forma integrada com a Sudesa. Lima conta que, em boa parte das operações de retirada, os invasores colocavam crianças na frente das edificações, como escudo contra a derrubada.

"Foi quando percebemos a necessidade da participação da Vara da Infância e Juventude", afirma. Atualmente, todas as ações de retirada de invasores realizadas no DF são acompanhadas por assistentes sociais.

A Sudesa também trabalha em conjunto com as Secretarias de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania (Sejus); de Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente (Seduma); a Agência de Fiscalização (Agefis); a Terracap, a CEB, a Caesb, entre outros.

■ Ajuda

Para otimizar o processo de retirada das famílias que vivem em áreas irregulares, cada órgão desempenha uma função. Com a fiscalização, as construções ilegais são notificadas, interditadas e embargadas. Depois das derrubadas, os invasores são removidos por meio de equipes de assistentes sociais que os encaminham a abrigos, quando não têm para onde ir. Os pertences também são removidos. Em alguns casos, o governo disponibiliza recursos para o pagamento de três meses de aluguel ou a passagem de volta para a terra natal dos invasores.